

Modelo de Governo

Mandato 2020-2022

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Assembleia Geral			
Presidente da Mesa	Associação Industrial Portuguesa Representada por: José Eduardo Carvalho	02/12/2020	2020-2022
Secretário da Mesa	Fernando Manuel Garcia Ferreira	02/12/2020	2020-2022
Conselho Fiscal			
Presidente	Ana Paula Gomes Azurara	02/12/2020	2020-2022
Vogal efetivo	Tiago Manuel Rodrigues Estevinho	02/12/2020	2020-2022
Vogal efetivo	Ana Cristina Rugeiro da Cruz e Silva	02/12/2020	2020-2022
Vogal Suplente	Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira	02/12/2020	2020-2022

Nota: Na reunião da AG de 02/12/2020 não foram nomeados os membros do Conselho de Administração nem o Revisor Oficial de Contas para o mandato de 2020-2022, pelo que se mantêm em funções os anteriores titulares desses órgãos, indicados no quadro abaixo para o mandato 2016-2018

Mandato 2016-2018

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente	Maria Lídia Ferreira Sequeira	23/05/2016	2016-2018
Vogal	José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	23/05/2016	2016-2018
Vogal	Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	23/05/2016	2016-2018
Vogal	Ricardo Jorge de Sousa Roque	23/05/2016	2016-2018
Vogal	Carlos Alberto do Maio Correia	23/05/2016	2016-2018
Revisor Oficial de Contas			
Efetivo	Vítor Almeida & Associados, SROC, LDA Representada por Vítor Manuel Batista de Almeida	17/01//2018	2016-2018
Suplente	Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.	17/01//2018	2016-2018

Nota: Para o mandato de 2016–2018 não foram nomeados os membros da Assembleia Geral nem do Conselho Fiscal, pelo que se mantiveram em funções os anteriores titulares desses órgãos, indicados no quadro abaixo.

Mandato 2013-2015

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Assembleia Geral			
Presidente da Mesa	Associação Industrial Portuguesa Representada por: José Eduardo Carvalho ^(a)	25/02/2013	2013-2015
Secretária da Mesa	Teresa Isabel Carvalho Costa	25/02/2013	2013-2015
Conselho de Administração			
Presidente	Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	25/02/2013	2013-2015
Vogal	Ana Paula Rana Rodrigues ^(b)	08/06/2015	2013-2015
Vogal	José João Neto Rebelo Roque de Pinho ^(b)	08/06/2015	2013-2015
Conselho Fiscal			
Presidente	Cristina Maria P. Branco M. Vieira Sampaio	25/02/2013	2013-2015
Vogal efetiva	Maria Isabel Louro Caria Alcobia ^(b) ^(b1)	08/06/2015	2013-2015
Vogal efetiva	Maria Luísa Silva Rilho	25/02/2013	2013-2015
Vogal Suplente	Carlos Lipari Garcia Pinto	25/02/2013	2013-2015
Revisor Oficial de Contas			
Representado por	Pricewaterhousecoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. José Pereira Alves José Manuel Henriques Bernardo	06/07/2013	2013-2015

(a) Representante da AIP por deliberação do respetivo Conselho Geral, com efeitos a 20/09/2011

(b) Nomeados em 8/6/2015 para completar o mandato, na sequência da rescisão dos anteriores titulares, nomeados em 25/02/2013, respetivamente:
 - Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas
 - Nuno Serra de Sanches Osório

(b1) Nomeada em 8/6/2015 para completar o mandato, na sequência da rescisão da anterior titular Ana Teresa Pereira Peralta Reyes.. Maria Isabel Louro Caria Alcobia renunciou por sua vez ao cargo em 31/07/2018.

Estatuto remuneratório fixado

A. Mandato 2020-2022

A par da eleição dos membros dos órgãos sociais para o triénio 2020-2022, procedeu-se, no âmbito da Assembleia Geral de 2 de dezembro de 2020, à alteração das remunerações dos órgãos sociais que a seguir se transcrevem:

1. Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Senha de presença no valor de 575,00 euros;

Secretário: Senha de presença no valor de 375,00 euros.

2. Conselho de Administração

Para 2020–2022 mantêm-se o estatuto remuneratório do Conselho de Administração indicado para o mandato anterior, à exceção do subsídio de refeição, relativamente ao qual foi emitida a seguinte declaração:

“ Considerando que pelo artigo 7.º da Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, foi revogada a Lei n.º 28/2009, de 19 de junho - cujo artigo 2.º n.º 1 determinava que se deveria submeter, anualmente, à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização, o acionista Estado propõe a não votação deste ponto da ordem de trabalhos, e esclarece que os gestores da APL têm direito, desde 1 de janeiro de 2017, ao subsídio de refeição que vigora para os trabalhadores da APL, conforme decorre da aplicação do artigo 21.º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro, conjugada com o artigo 34º do EGP, determinando este último que os gestores públicos, que exerçam funções executivas, gozam dos benefícios sociais conferidos aos trabalhadores da empresa.”

3. Órgãos de Fiscalização

3.1. Conselho Fiscal

Presidente: Valor mensal líquido de 1.362,01€, pago 14 vezes por ano.

Vogais efetivos: Valor mensal líquido de 1.021,51€, pago 14 vezes por ano.

3.2. Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas para o mandato de 2020 – 2022 não foi ainda nomeado. Conforme consta da Ata da Assembleia Geral anteriormente mencionada, “(...) o Conselho Fiscal eleito deverá apresentar proposta fundamentada de eleição de revisor oficial de contas ou de sociedade de revisores oficiais de contas, efetivo e suplente.”

Mantem-se o estatuto remuneratório anterior.

B. Mandato 2016-2018

A Deliberação Social Unânime por Escrito, de 23 de maio de 2016, a par da eleição dos membros dos órgãos sociais para o triénio 2016-2018, procedeu à fixação das correspondentes remunerações.

Assim, ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, aprovado através pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março, alterado pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pelos Decreto-Lei nº 15/2016, de 9 de março e Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, objeto de retificação pela Declaração de Retificação nº2/2012, de 25 de janeiro, da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março, foi fixado o seguinte estatuto remuneratório, vigente desde 24 de maio de 2016:

1. Mesa da Assembleia Geral

Os membros da AG não foram nomeados para o mandato de 2016–2018. Mantêm-se em funções os anteriores titulares bem como o respetivo estatuto remuneratório.

2. Conselho de Administração

Presidente:

Valor mensal ilíquido: 4.864,34€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.945,74€, pago 12 vezes por ano.

Vogais:

Valor mensal ilíquido: 3.891,47€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.556,59€, pago 12 vezes por ano.

O subsídio de natal é pago mensalmente, por duodécimos, e apurado respetivamente nos termos do n.1 e 2 do artigo 20º da Lei 7-A/2016, de 7 de março (anos 2016 e 2017).

Os membros do Conselho de Administração beneficiam, ainda, das seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Subsídio de refeição. O respetivo valor não poderá ser superior ao fixado na Portaria n.º 1 553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1 458/2009, de 31 de dezembro, ou caso o valor percebido a 31 de dezembro de 2014, não coincida com o montante fixado na portaria, não poderá ser objeto de qualquer atualização até que esse montante atinja o referido valor, nos termos do n. 1 e 2 do artigo 43º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, cujos efeitos foram prorrogados para 2016 pelo n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.
- b) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global não pode exceder 80,00 € nos termos do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (EGP);
- c) O valor mensal de combustível e portagens, afeto às viaturas de serviço, é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público; e
- d) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa, com exceção dos respeitantes a planos complementares de reforma, aposentação, sobrevivência ou invalidez, nos termos do artigo 34º do EGP.

Não é permitida:

- a) A utilização de cartões de crédito e de outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e
- b) O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

Em 2017, em reunião da Assembleia Geral realizada em 14 de março Ata (nº 29), foi definido que nos termos da LOE 2017 seriam “ (...) prorrogados os efeitos temporários das normas e medidas cuja vigência esteja condicionada à manutenção do procedimento por défice excessivo ou do programa de assistência Económica e Financeira, designadamente reduções remuneratórias, e suspensão de pagamento de prémios de gestão” .

Determinou-se que para o ano 2017 as remunerações dos gestores da APL seriam apuradas de acordo com a metodologia definida na RCM 16/2012, de 14 de fevereiro, sem prejuízo das disposições legais, designadamente quanto a reduções remuneratórias e que o subsídio de Natal seria pago 50% em novembro e os restantes 50% ao longo do ano por duodécimos.

3. Órgãos de Fiscalização

3.1. Conselho Fiscal

Os membros do CF não foram nomeados para o mandato de 2016 – 2018. Mantêm-se em funções os anteriores titulares bem como o respetivo estatuto remuneratório.

3.2. Revisor Oficial de Contas

A 17 de janeiro de 2018 e ao abrigo do n.º 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, é tomada a seguinte Deliberação Social Unânime por Escrito:

1. Proceder à eleição da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Vítor Almeida & Associados, SROC, inscrita no Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 191, inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o n.º 201614491, com sede na Rua Augusto Macedo n.º 10 C, esc.3, 1600-794 Lisboa, para Revisor oficial de Contas efetivo da Administração do Porto de Lisboa, representada pelo Dr. Vítor Manuel Batista de Almeida, registado na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas n.º 691 e na CMVM

sob o n.º 20160331, nos termos propostos pelo Conselho Fiscal, para efeitos de revisão legal das contas anuais relativas aos exercícios 2016,2017 e 2018.

Proceder à eleição da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas –Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., inscrita no Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 143, inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o n.º 201614455, com sede na Avenida Duque de D´Ávila, n.º 185, 5.º, 1050-082 Lisboa, para Revisor oficial de Contas suplente da Administração do Porto de Lisboa, nos termos propostos pelo Conselho Fiscal.

2. Pela revisão e certificação das contas relativas aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Vítor Almeida & Associados, SROC auferire os seguintes honorários anuais – 18.387,22 €.

C. Mandato 2013-2015

A Deliberação Social Unânime por Escrito, de 25 de fevereiro de 2013, a par da eleição dos membros dos órgãos sociais para o triénio 2013-2015, procedeu à fixação das correspondentes remunerações.

Assim, ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, aprovado através pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março, alterado pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, objeto de retificação pela Declaração de Retificação nº2/2012, de 25 de janeiro, da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março, foi fixado o seguinte estatuto remuneratório, vigente desde 25 de fevereiro de 2013:

1. Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Senha de presença no valor de 575,00 euros;

Secretário: Senha de presença no valor de 375,00 euros.

2. Conselho de Administração

Presidente:

Valor mensal líquido: 4.864,34€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.945,74€, pago 12 vezes por ano.

Vogais:

Valor mensal líquido: 3.891,47€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.556,59€, pago 12 vezes por ano.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam, ainda, das seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da Sociedade;
- b) Atribuição de um valor mensal para combustível e portagens, afeto às viaturas de serviço, no valor de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público;
- c) Atribuição de um valor mensal máximo de 80,00€ para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

Não é permitida:

- a) A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro, conforme o previsto no n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;
- b) A utilização de cartões de crédito e de outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Sociedade, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público;
- c) O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

3. Órgãos de Fiscalização

3.1. Conselho Fiscal

Presidente: Valor mensal líquido de 1.362,01€, pago 14 vezes por ano.

Vogais efetivos: Valor mensal líquido de 1.021,51€, pago 14 vezes por ano.

3.2. Revisor Oficial de Contas

A remuneração anual ilíquida é a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o Conselho de Administração da Sociedade e o respetivo Revisor Oficial de Contas.

Em 2011 foi aplicada a redução remuneratória, conforme fixado na LOE, passando o valor da prestação de 22 800 euros para 20 520 euros (-10%).

Essa redução manteve-se para os anos 2012 e 2013, sendo que em 2012 a prestação passou a contemplar, para além da Certificação Legal de Contas do exercício, procedimentos de certificação dos relatórios trimestrais e também os relativos ao orçamento.

Pela Deliberação Social Unânime datada de 25/02/2013 foi fixado o novo estatuto remuneratório dos órgãos sociais, que determinou para o ROC um “limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída (...) ao Presidente do Conselho de Administração (...)”. Foi ainda determinado que seria aplicada a esta remuneração a redução da LOE.

Para a revisão de contas referente ao exercício de 2014 o valor contratualizado entre a APL, S.A. e a PWC foi de 19 068,20 euros

De referir que este montante é superior ao que resultaria da aplicação estrita do cálculo acima referido (base 18 387,22 euros, deduzida da redução da LOE) na medida em que são aplicáveis neste caso os artigos 59.º e 60.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, conforme consta, aliás, da própria deliberação.

Nos termos do n.º 4 do art.º 60.º (Fixação de Honorários):

“ No exercício das funções de revisão legal das contas a remuneração do revisor oficial de contas nunca poderá ser inferior à de qualquer dos restantes membros dos órgãos de fiscalização em que se incluem”.

ou seja 19 068,14€ (base da remuneração fixada para Presidente do Conselho Fiscal x 14 meses).

ESTATUTO REMUNERTÓRIO ORGÃOS SOCIAIS MANDATO 2013-2015 – NOTA FINAL:

Nos termos do disposto no n.º 21 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 12 de março, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, as remunerações a auferir efetivamente pelos membros dos Órgãos Sociais não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data de entrada em vigor

da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, sem prejuízo do eventual exercício da opção pelo vencimento do lugar de origem nas novas nomeações.

Já em março de 2014 foi aprovada pela Assembleia Geral (conforme ata n.º25) a Declaração sobre política de Remunerações dos Órgãos de administração e de fiscalização da APL, com a seguinte redação:

“ Em cumprimento do preceituado no artigo 41.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE2014), declara-se que, durante a vigência do PAE, não haverá lugar à atribuição de prémios de gestão e o subsídio de Natal é pago mensalmente, por duodécimos, nos termos do art.º 35.º da LOE2014. As remunerações a auferir efetivamente pelos membros do Conselho de Administração não podem exceder os montantes atribuídos à data de 01-03-2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012.”

A partir de 2013 não houve lugar à redução na remuneração dos trabalhadores constante dos diplomas orçamentais, à luz do disposto no n.º 13 do artigo 27º da LOE 2013, depois reproduzido no n.º 13 do artigo 33º da LOE 2014 (inaplicabilidade aos titulares de cargos e demais pessoal “... se, em razão de regulamentação internacional específica, daí resultar diretamente decréscimo de receitas”), atento igualmente o despacho n.º1695/2013 – SEAP, de 5/6/2013.

Com a publicação da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, na qual se incorpora disposição de idênticos termos (n.º 12 do artigo 2º), e mantendo-se inalteradas as circunstâncias e enquadramento próprios da atividade das administrações portuárias, e subsistindo também, nessa medida, as razões que sustentaram o referido Despacho, estendeu-se a partir de então aos membros dos órgãos sociais a não aplicação das reduções remuneratórias a que se vinha procedendo desde 2011, sendo certo que tal foi oportunamente objeto de ofício da APP para a tutela setorial. Manteve-se ainda a não atribuição de prémios de gestão.

Remunerações e outras regalias (valores anuais)

1. Mesa da Assembleia Geral

Remunerações 2019

No ano 2019 tiveram lugar 3 reuniões de Assembleia Geral. O valor da remuneração indicado no quadro inclui ainda o pagamento de senhas de presença correspondentes a uma reunião de 2018.

Mandato	Cargo	Nome	Valor da senha fixado (€)	Remuneração anual 2019 Bruta (€)
Início - Fim				
2013-2015	Presidente da Mesa	Associação Industrial Portuguesa	575,00	2 300,00
2013-2015	Secretária da Mesa	Teresa Isabel Carvalho Costa	375,00	1 500,00

* DSUE - Deliberação social unânime por escrito

Remunerações 2018

O acionista não procedeu à designação da Mesa de Assembleia Geral cujos membros continuaram a assegurar funções. Não se realizaram reuniões de Assembleia Geral em 2018, pelo que não foram abonadas senhas aos respetivos membros.

Mandato	Cargo	Nome	Valor da senha fixado (€)	Remuneração anual 2018 Bruta (€)
Início - Fim				
2013-2015	Presidente da Mesa	Associação Industrial Portuguesa	575,00	0,00
2013-2015	Secretária da Mesa	Teresa Isabel Carvalho Costa	375,00	0,00

* DSUE - Deliberação social unânime por escrito

Remunerações 2017

(Unid: euros)

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2017 (€)			
				Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2) + (3)
Início - Fim							
2013-2015	Presidente da Mesa	Associação Industrial Portuguesa	575,00	1 150,00	0,00	0,00	1 150,00
2013-2015	Secretária da Mesa	Teresa Isabel Carvalho Costa	375,00	922,95	0,00	0,00	922,95
TOTAL				2 072,95	0,00	0,00	2 072,95

2. Conselho de Administração

Remunerações 2019

(a) Designação

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem			N.º mandatos
			Forma	Data	Sim / Não	Entidade Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente	Maria Lúcia Ferreira Sequeira	DSUE	23-05-2016	N	--	D	1
2016-2018	Vogal Executivo	José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	DSUE	23-05-2016	N	--	D	1
2016-2018	Vogal Executivo	Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	DSUE	23-05-2016	N	--	D	1
2016-2018	Vogal Executivo	Ricardo Jorge de Sousa Roque	DSUE	23-05-2016	N	--	D	1
2016-2018	Vogal Executivo	Carlos Alberto do Maio Correia	DSUE	23-05-2016	N	--	D	1

DSUE - Deliberação Social Unânime por escrito

(b) Acumulação de funções

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (Público / Privado)
Maria Lúcia Ferreira Sequeira	APP – Associação dos Portos de Portugal	Presidente	Público (não remunerado)
	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Presidente do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
	Infraestruturas de Portugal, SA	Presid. Commiss. matérias financeiras do Conselho Geral e de Supervisão	Público (não remunerado)
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
Ricardo Jorge de Sousa Roque	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
Carlos Alberto do Maio Correia	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)

(c) Estatuto do gestor público / opção remuneração lugar de origem

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classific.	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas Representação
Maria Lídia Ferreira Sequeira	S	B	4 864,34	1 945,74
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	S	B	3 891,47	1 556,59
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	S	B	3 891,47	1 556,59
Ricardo Jorge de Sousa Roque	S	B	3 891,47	1 556,59
Carlos Alberto do Maio Correia	S	B	3 891,47	1 556,59

(d) Remuneração anual

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2019 (€)				
	Fixa * (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)= (1)+(2)	Reduções Remunerat. (4)	Valor Bruto Final (5)= (3)-(4)
Maria Lídia Ferreira Sequeira	92 456,11	0,00	92 456,11	-4 572,44	87 883,67
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	74 280,61	0,00	74 280,61	-3 657,94	70 622,67
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	74 161,36	0,00	74 161,36	-3 657,94	70 503,42
Ricardo Jorge de Sousa Roque	74 204,29	0,00	74 204,29	-3 657,94	70 546,35
Carlos Alberto do Maio Correia	74 290,15	0,00	74 290,15	-3 657,94	70 632,21
TOTAL			389 392,52	-19 204,20	370 188,32

Notas:

Os montantes indicados são suportados de forma equitativa pela APL,S.A. e pela APSS,S.A.

* Inclui Remuneração + Despesas de Representação + Subsídios de Férias e de Natal + Subsídio de Alimentação

(e) Encargos com viaturas

Membro do CA	Encargos com viaturas €									
	Viatura atrib. (S/N)	Celebração de contrato (S/N)	Valor de referência viatura (2)	Modalidade	Ano início	Ano termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual Rendas	N.º Prestações Contratuais Remanesc.	OBS
Maria Lídia Ferreira Sequeira	S	N Uso de Serviço (1)	15 300	Aquisição	2013	---	n.a	n.a	n.a	Viatura APL, período de utilização 01/01/2019 a 31/12/2019
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	S	S Uso Pessoal	26 628	Aquisição	2018	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APSS, período de utilização 01/01/2019 a 31/12/2019
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	S	S Uso Pessoal	15 300	Aquisição	2013	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APL, período de utilização 01/01/2019 a 31/12/2019
Ricardo Jorge de Sousa Roque	S	S Uso Pessoal	15 300	Aquisição	2013	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APL, período de utilização 01/01/2019 a 31/12/2019
Carlos Alberto do Maio Correia	S	S Uso Pessoal	26 628	Aquisição	2018	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APSS, período de utilização 01/01/2019 a 31/12/2019

NOTAS:

(1) "Uso de Serviço" - Viatura afeta em exclusivo ao Conselho de Administração mas não existe utilização pessoal pelo titular indicado (deslocação para a residência, utilização em fins-de-semana e férias)

(2) Considerado o valor de mercado em 2019, conforme informação constante da declaração para efeitos de IRS 2019

(f) Benefícios sociais

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificação	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Identific.	Encargo anual da entidade
Maria Lídia Ferreira Sequeira	4,77	1 006,47	Segurança Social	7 123,93	n.a.	n.a.	OSC (****)	408,07
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	4,77	560,48	CGA	8 253,33	n.a.	n.a.	OSC (****)	0,00
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	4,77	500,85	Segurança Social	8 253,33	n.a.	n.a.	OSC (**)	550,17
Ricardo Jorge de Sousa Roque	4,77	522,32	Segurança Social	8 253,33	n.a.	117,82	n.a.	n.a.
Carlos Alberto do Maio Correia	4,77	565,25	Segurança Social	8 253,33	n.a.	594,33	OSC (***)	497,50
TOTAL		3 155,36		40 137,25		712,15		1 455,74

NOTA: Os encargos com o CA são suportados de forma equitativa pela APL,S.A. e pela APSS,S.A.

(*) Nos termos da Lei n.º42/2016, de 28 de Dezembro

(**) Apoios sociais (Subsídio de Estudos) e regime Complementar de Saúde

(***) Apoios sociais (Subsídio de Estudos)

(****) Regime Complementar de Saúde

(g) Deslocações em serviço

(Unid: euros)

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
Maria Lúcia Ferreira Sequeira	636,21	395,00	0,00	Táxi	51,32	1 082,53
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	2 873,02	4 412,32	1 590,54	Táxi/ Vistos	102,06	8 977,94
Ricardo Jorge de Sousa Roque	0,00	0,00	375,30	-	0,00	375,30
Carlos Alberto do Maio Correia	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
						10 435,77

Remunerações 2018

(a) Designação

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem			N.º mandatos
			Forma	Data	Sim / Não	Entidade Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente	Maria Lúcia Ferreira Sequeira	DSUE	23-05-2016	N	--	D	1
2016-2018	Vogal Executivo	José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	DSUE	23-05-2016	N	--	D	1
2016-2018	Vogal Executivo	Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	DSUE	23-05-2016	N	--	D	1
2016-2018	Vogal Executivo	Ricardo Jorge de Sousa Roque	DSUE	23-05-2016	N	--	D	1
2016-2018	Vogal Executivo	Carlos Alberto do Maio Correia	DSUE	23-05-2016	N	--	D	1

DSUE - Deliberação Social Unânime por escrito

(b) Acumulação de funções

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (Público / Privado)
Maria Lídia Ferreira Sequeira	APP – Associação dos Portos de Portugal	Presidente	Público (não remunerado)
	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Presidente do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
José Emílio Coutinho Garrido Castel- Branco	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
	Infraestruturas de Portugal, SA	Presid. Comiss. matérias financeiras do Conselho Geral e de Supervisão	Público (não remunerado)
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
Ricardo Jorge de Sousa Roque	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
Carlos Alberto do Maio Correia	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)

(c) Estatuto do gestor público / opção remuneração lugar de origem

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classific.	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas Representação
Maria Lídia Ferreira Sequeira	S	B	4 864,34	1 945,74
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	S	B	3 891,47	1 556,59
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	S	B	3 891,47	1 556,59
Ricardo Jorge de Sousa Roque	S	B	3 891,47	1 556,59
Carlos Alberto do Maio Correia	S	B	3 891,47	1 556,59

(d) Remuneração anual

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2018 (€)				
	Fixa * (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)= (1)+(2)	Reduções Remunerat. (4)	Valor Bruto Final (5)= (3)-(4)
Maria Lídia Ferreira Sequeira	91 449,64	0,00	91 449,64	-4 572,44	86 877,20
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	73 159,66	0,00	73 159,66	-3 657,94	69 501,72
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	73 159,66	0,00	73 159,66	-3 657,94	69 501,72
Ricardo Jorge de Sousa Roque	73 159,66	0,00	73 159,66	-3 657,94	69 501,72
Carlos Alberto do Malo Correia	73 159,66	0,00	73 159,66	-3 657,94	69 501,72
TOTAL			384 088,28	-19 204,20	364 884,08

Notas:

Os montantes indicados são suportados de forma equitativa pela APL,S.A. e pela APSS,S.A.

* Inclui Remuneração + Despesas de Representação + Subsídios de Férias e de Natal + Subsídio de Alimentação

(e) Encargos com viaturas

Membro do CA	Encargos com viaturas €									
	Viatura atrib. (S/N)	Celebração de contrato (S/N)	Valor de referência viatura (2)	Modalidade	Ano início	Ano termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual Rendas	N.º Prestações Contratuais Remanesc.	OBS
Maria Lídia Ferreira Sequeira	S	N Uso de Serviço (1)	32 674	Aquisição	2013	---	n.a	n.a	n.a	Viatura APL, período de utilização 01/01/2018 a 31/12/2018
José Emilio Coutinho Garrido Castel-Branco	S	S Uso Pessoal	21 000	Aquisição	2013	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APL, período de utilização 01/01/2018 a 02/03/2018
			33 285	Aquisição	2018	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APSS, período de utilização 03/03/2018 a 31/12/2018
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	S	S Uso Pessoal	4 096	Aquisição	2005	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APSS, período de utilização 01/01/2018 a 12/03/2018
			21 000	Aquisição	2013	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APL, período de utilização 13/03/2018 a 31/12/2018
Ricardo Jorge de Sousa Roque	S	S Uso Pessoal	21 000	Aquisição	2013	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APL, período de utilização 01/01/2018 a 31/12/2018
Carlos Alberto do Maio Correia	S	S Uso Pessoal	4 142	Aquisição	2005	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APSS, período de utilização 01/01/2018 a 01/03/2018
			33 285	Aquisição	2018	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a	Viatura APSS, período de utilização 02/03/2018 a 31/12/2018

NOTAS:

(1) "Uso de Serviço" - Viatura afeta em exclusivo ao Conselho de Administração mas não existe utilização pessoal pelo titular indicado (deslocação para a residência, utilização em fins-de-semana e férias)

(2) Considerado o valor de mercado em 2018, conforme informação constante da declaração para efeitos de IRS 2018

(f) Benefícios sociais

Membro do Conselho de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia (*)	Montante Pago Ano	Identificação	Encargo anual			Identificação	valor
Maria Lúcia Ferreira Sequeira	4,77	1 058,48	Segurança Social	14 247,86	n.d.	n.d.	OSC (****)	87,85
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	4,77	1 087,56	CGA	16 506,66	n.a.	n.a.	OSC (****)	356,85
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	4,77	1 011,24	Segurança Social	16 506,66	n.a.	n.a.	OSC (****)	852,00
Ricardo Jorge de Sousa Roque	4,77	1 082,79	Segurança Social	16 506,66	230,22	n.a.	n.a.	n.a.
Carlos Alberto do Maio Correia	4,77	1 082,79	Segurança Social	16 506,66	580,74	n.a.	OSC (****)	1 010,00
TOTAL		5 332,86		80 274,49	810,96			2 306,70

NOTA: os montantes indicados são suportados de forma equitativa pela APL,S.A. e pela APSS,S.A.

(*) Nos termos da Lei n.º42/2016, de 28 de Dezembro

(**) Apoios sociais (Subsídio de Estudos) e regime Complementar de Saúde

(***) Apoios sociais (Subsídio de Estudos)

(****) Regime Complementar de Saúde

(g) Deslocações em serviço

(Unid: euros)

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
Maria Lúcia Ferreira Sequeira	445,22	0,00	813,15	Refeições	100,96	1 359,33
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	1 579,55	2 881,86	1 282,30	Taxi/Transfer	156,64	5 900,35
Ricardo Jorge de Sousa Roque	79,00	101,63	0,00	Taxi	32,07	212,70
Carlos Alberto do Maio Correia	4 872,13	412,35	375,30	Taxi/Refeições	307,47	5 967,25
						13 439,63

Remunerações 2017

(a) Designação

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	Origem / Destino
2016-2018	Presidente	Maria Lídia Ferreira Sequeira	DSUE	23-05-2016	APL, S.A.	D
2016-2018	Vogal Executivo	José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	DSUE	23-05-2016	APL, S.A.	D
2016-2018	Vogal Executivo	Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	DSUE	23-05-2016	APL, S.A.	D
2016-2018	Vogal Executivo	Ricardo Jorge de Sousa Roque	DSUE	23-05-2016	APL, S.A.	D
2016-2018	Vogal Executivo	Carlos Alberto do Maio Correia	DSUE	23-05-2016	APL, S.A.	D

DSUE - Deliberação Social Unânime por escrito

(b) Acumulação de funções

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (Público / Privado)
Maria Lídia Ferreira Sequeira	APP - Associação dos Portos de Portugal	Presidente	Público (não remunerado)
	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Presidente do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
	Infraestruturas de Portugal, SA	Presidente Comissão para as matérias financeiras do Conselho Geral e de Supervisão	Público (não remunerado)
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
Ricardo Jorge de Sousa Roque	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)
Carlos Alberto do Maio Correia	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	Vogal do CA	Público (DL 15/2016, de 9 de março)

(c) Estatuto do gestor público / opção remuneração lugar de origem

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classific.	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas Representação
Maria Lídia Ferreira Sequeira	S	B	4 864,34	1 945,74
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	S	B	3 981,47	1 556,59
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	S	B	3 981,47	1 556,59
Ricardo Jorge de Sousa Roque	S	B	3 981,47	1 556,59
Carlos Alberto do Maio Correia	S	B	3 981,47	1 556,59

(d) Remuneração anual

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual (€)					
	Fixa * (1)	Variável (2)	Bruta (3)= (1)+(2)	Reduções Remunerat. (4)	Reversão Remuner. (5)	Valor Final (6) = (3)-(4) + (5)
Maria Lídia Ferreira Sequeira	91 449,63	0,00	91 449,63	-3 116,27	0,00	94 565,90
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	73 159,61	0,00	73 159,61	-3 576,90	0,00	76 736,51
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	73 159,61	0,00	73 159,61	-3 576,90	0,00	76 736,51
Ricardo Jorge de Sousa Roque	73 159,61	0,00	73 159,61	-3 576,90	0,00	76 736,51
Carlos Alberto do Maio Correia	73 159,61	0,00	73 159,61	-3 576,90	0,00	76 736,51
TOTAL			384 088,07	-17 423,87	0,00	401 511,94

Notas:

* Inclui Remuneração + Despesas de Representação

Os montantes indicados são suportados de forma equitativa pela APL,S.A. e pela APSS,S.A.

(e) Benefícios Sociais

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificação	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Identific.	Encargo anual da entidade
Maria Lúcia Ferreira Sequeira	4,52€ / 4,77€	497,40	Segurança Social	7 245,16	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	4,52€ / 4,77€	526,93	CGA	8 265,65	n.a.	n.a.	OSC (***)	608,50
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	4,52€ / 4,77€	475,94	Segurança Social	8 265,65	n.a.	n.a.	OSC (**)	1 007,77
Ricardo Jorge de Sousa Roque	4,52€ / 4,77€	486,23	Segurança Social	8 265,71	n.a.	115,11	n.a.	n.a.
Carlos Alberto do Maio Correia	4,52€ / 4,77€	501,55	Segurança Social	8 265,56	n.a.	290,37	OSC (**)	475,00
TOTAL		2 488,03		40 307,73		405,48		2 091,27

NOTA: Os encargos com o CA são suportados de forma equitativa pela APL,S.A. e pela APSS,S.A. Os montantes indicados no quadro são os suportados pela APL, S.A.

(*) Nos termos da Lei n.º42/2016, de 28 de Dezembro

(**) Apoios sociais (Subsídio de Estudos) e regime Complementar de Saúde

(***) Apoios sociais (Subsídio de Estudos)

(f) Comunicações Móveis

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Maria Lúcia Ferreira Sequeira	80,00	620,29	
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	80,00	288,13	
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	80,00	485,28	
Ricardo Jorge de Sousa Roque	80,00	390,38	
Carlos Alberto do Maio Correia	80,00	359,52	
TOTAL		2 143,60	

NOTA: Os eventuais excedentes ao plafond fixado são suportados pelos utilizadores e não se encontram refletidos nos montantes indicados.

NOTA: os montantes indicados são suportados de forma equitativa pela APL,S.A. e pela APSS,S.A.

(g) Combustível e Portagens

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Maria Lídia Ferreira Sequeira	485,44	2 547,94	379,97	2 927,91	(a)
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branc	389,15	3 128,67	796,52	3 925,19	(a)
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	389,15	2 327,15	1 186,86	3 514,01	(b)
Ricardo Jorge de Sousa Roque	389,15	2 115,53	777,03	2 892,56	(a)
Carlos Alberto do Maio Correia	389,15	2 631,03	1 234,35	3 865,38	(b)
TOTAL				17 125,05	

(a) Viatura da APL, S.A.

(b) Viatura da APSS, S.A.

(h) Viaturas

Membro do CA	Encargos com viaturas								
	Viatura atrib. (S/N)	Celebração de contrato (S/N)	Valor de referência a viatura	Modalidade	Ano início	Ano termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual Rendas	N.º Prestações Contratuais Remanesc.
Maria Lídia Ferreira Sequeira	S	N Uso de Serviço (1)	32.674	Aquisição	2016	---	n.a	n.a	n.a
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	S	S Uso Pessoal	37.891	Aquisição	2016	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	S	S Uso Pessoal	40.956	Aquisição (2)	2005	---	n.a	n.a	n.a
Ricardo Jorge de Sousa Roque	S	S Uso Pessoal	32.674	Aquisição	2016	Não indicado (associado ao exercício das funções)	n.a	n.a	n.a
Carlos Alberto do Maio Correia	S	S Uso Pessoal	41.418	Aquisição (2)	2005	---	n.a	n.a	n.a

NOTAS:

(1) "Uso de Serviço" - Viatura afeta em exclusivo ao Conselho de Administração mas não existe utilização pessoal pelo titular indicado (deslocação para a residência, utilização em fins-de-semana e férias)

(2) Viatura pertencente à APSS, S.A.

(i) Deslocações em serviço

(Unid: euros)

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Maria Lídia Ferreira Sequeira	255,84	113,82	2 126,70	Taxi/Outros	97,41	2 593,77
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00
Ricardo Miguel Medeiros dos Santos	2 091,67	2 696,60	1 238,51	Taxi/Outros	226,94	6 253,72
Ricardo Jorge de Sousa Roque	5 700,34	561,01	375,20	Taxi/Outros	277,99	6 914,54
Carlos Alberto do Maio Correia	0,00	0,00	0,00	--	0,00	0,00
						15 762,03

NOTA: O seguro de viagem é faturado anualmente para a globalidade das deslocações da APL.
Em 2017 o montante total de 2017 foi de 5 726,55€

3. Órgãos de Fiscalização

3.1. Conselho Fiscal

Remunerações 2019

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
Início - Fim				
2013-2015	Presidente	Cristina Maria P. Branco M. Vieira Sampaio	DSUE	25/02/2013
2013-2015	Vogal Efetivo	Maria Luisa Rilho	DSUE	25/02/2013
2013-2015	Vogal Suplente	Maria Isabel Louro Caria Alcobia (a)	DSUE	08/06/2015
2013-2015	Vogal Suplente	Carlos Lipari Garcia Pinto	DSUE	25/02/2013

OBS:

Não foram nomeados titulares do Conselho Fiscal para o mandato 2016-2018

DSUE - Deliberação Social Unânime por escrito

(a) Nomeada em 08/06/2015 para completar o mandato 2013-15, tendo renunciado ao cargo em 31/07/2018.

Nome	Remuneração Anual 2019 (€)		
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Cristina Maria P. Branco M. Vieira Sampaio	19 068,14	0,00	19 068,14
Maria Luisa Rilho	14 301,14	0,00	14 301,14
TOTAL	33 369,28	0,00	33 369,28

Remunerações 2018

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
Início - Fim			Forma	Data
2013-2015	Presidente	Cristina Maria P. Branco M. Vieira Sampaio	DSUE	25-02-2013
2013-2015	Vogal Efetivo	Maria Luisa Rilho	DSUE	25-02-2013
2013-2015	Vogal Suplente	Maria Isabel Louro Caria Alcobia (a)	DSUE	08-06-2015
2013-2015	Vogal Suplente	Carlos Lipari Garcia Pinto	DSUE	25-02-2013

OBS:

Não foram nomeados titulares do Conselho Fiscal para o mandato 2016-2018

DSUE - Deliberação Social Unânime por escrito

(a) Nomeada em 08/06/2015 para completar o mandato 2013-15, tendo renunciado ao cargo em 31/07/2018.

Nome	Remuneração Anual 2018 (€)		
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Cristina Maria P. Branco M. Vieira Sampaio	19 068,14	0,00	19 068,14
Maria Luisa Rilho	14 301,14	0,00	14 301,14
Maria Isabel Louro Caria Alcobia (a)	9 358,72	0,00	9 358,72
TOTAL	42 728,00	0,00	42 728,00

(a) Nomeada em 08/06/2015 para completar o mandato 2013-15, tendo renunciado ao cargo em 31/07/2018.

Remunerações 2017

O acionista não procedeu à designação do Conselho Fiscal cujos membros continuam a assegurar funções. Os membros a seguir indicados são os eleitos para o triénio 2013-2015.

Mandato *	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) €
			Forma	Data	
2013-2015	Presidente	Cristina Maria P. Branco M. Vieira Sampaio	DSUE	25-02-2013	1 362,01
2013-2015	Vogal Efetivo	Maria Luisa Rilho	DSUE	25-02-2013	1 021,51
2013-2015	Vogal Efetivo	Maria Isabel Louro Caria Alcobia ^(a)	DSUE	08-06-2015	1 021,51
2013-2015	Vogal Suplente	Carlos Lipari Garcia Pinto	DSUE	25-02-2013	1 021,51

OBS:

^(a) Integrou o Conselho Fiscal enquanto vogal efetivo no mandato 2008-2010

^(b) Nomeada em 08/06/2015 para completar o mandato 2013-15

^(c) Integrou o Conselho Fiscal enquanto vogal suplente no mandato 2008-2010
DSUE - Deliberação Social Unânime por escrito

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2017 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Cristina Maria P. Branco M. Vieira Sampaio	19 068,13	0,00	0,00	19 068,13
Maria Luisa Rilho	14 301,19	0,00	0,00	14 301,19
Maria Isabel Louro Caria Alcobia ^(a)	14 301,19	0,00	0,00	14 301,19
TOTAL	47 670,51	0,00	0,00	47 670,51

^(a) Nomeada em 08/06/2015 para completar o mandato 2013-15

3.2. ROC - Revisor Oficial de Contas

Em 17 de janeiro de 2018 foi eleito novo Revisor Oficial de Contas para efeitos de revisão das contas anuais relativas aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, devido ao anterior ROC ter atingido em maio de 2017 o número limite de mandatos.

Para o ano 2019 procedeu-se à extensão da referida prestação de serviços.

Remunerações 2019

Mandato	Cargo	Identificação			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
Início - Fim		Nome	N.º de inscrição OROC	N.º de registo CMVM	Forma	Data	Contratada		
2016-2018	ROC	Efetivo: Vitor Almeida & Associados, SROC	191	20161491	DSUE	17/01/2018	Contrato de prestação de serviços	4	4
		representada por: Vitor Manuel Batista de Almeida	691	20160331					
		Suplente: Rosa, Correia e Associados, SROC, S.A.	143	20161455					

Nota: O ROC efetivo e suplente foram eleitos por DSUE de 17/01/2018 para efeitos de revisão legal das contas anuais relativas aos exercícios de 2016, 2017 e 2018. Para o ano 2019 procedeu-se à extensão da referida prestação de serviços.

Nome ROC/FU	Valor anual do contrato de prestação de serviços 2019 (€)			Valor anual de serviços adicionais 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor final (3) = (1) - (2)	Identificação do serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor final (3) = (1) - (2)
Vitor Almeida & Associados, SROC	18 387,22	0,00	18 387,22	Não existiram serv. adicionais			

Remunerações 2018 e 2017

Mandato	Cargo	Identificação			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
Início - Fim		Nome	N.º de inscrição OROC	N.º de registo CMVM	Forma	Data	Contratada		
2013-2015	ROC	Price Waterhouse Coopers e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	183		DSUE	06-07-2013	Contrato de prestação de serviços		12
		Representada em 2013-2015 por:	711	9077					
		- José Pereira Alves (efetivo)	903						
		- José Manuel Henriques Bernardo (suplente)	1271						
		Em 15/04/2016, a sociedade passou a ser representada por:							
		- José Miguel Dantas Maio Marques (efetivo)							

Mandato	Cargo	Identificação			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º de inscrição OROC	N.º de registo CMVM	Forma	Data	Contratada		
2016-2018	ROC	Efetivo: Vitor Almeida & Associados, SROC representada por: Vitor Manuel Batista de Almeida Suplente: Rosa, Correia e Associados, SROC, S.A.	191	20161491	DSUE	17-01-2018	Contrato de prestação de serviços	---	---
			691	20160331				---	---
			143	20161455				---	---

Nome ROC/FU	Valor anual do contrato de prestação de serviços 2018 (€)			Valor anual de serviços adicionais 2018 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor final (3) = (1) - (2)	Identificação do serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor final (3) = (1) - (2)
Vitor Almeida & Associados, SROC	18 387,22	0,00	18 387,22	Não existiram serv. adicionais			

Nome ROC/FU	Remuneração Anual 2017 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final 4 = (1)+(2)+(3)
Price Waterhouse Coopers e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	19 068,20	0,00	0,00	19 068,20

Nota: Os valores indicados não incluem IVA

Funções e Responsabilidades

As competências dos órgãos sociais encontram-se fixadas nos Estatutos da APL, S.A., determinando-se que:

Assembleia Geral

1 - A assembleia geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei ou os presentes Estatutos lhe atribuem competência;

2 - Compete, em especial, à assembleia geral:

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- b) Aprovar os planos anuais e plurianuais de obras marítimas e terrestres e de equipamento dos portos;
- c) Aprovar o orçamento de exploração e de investimentos anual;
- d) Eleger e destituir os membros da mesa da assembleia geral, do conselho de administração, do conselho fiscal, o revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas;
- e) Deliberar sobre quaisquer alterações dos Estatutos e aumentos de capital;
- f) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de fixação de remunerações;
- g) Autorizar a aquisição e alienação de imóveis e a realização de investimentos, quando o respetivo valor exceda o correspondente a 10% do capital social;
- h) Deliberar sobre a emissão de obrigações ou outros títulos de dívida;
- i) Deliberar sobre a emissão ou conversão de ações ou outros títulos em forma meramente escritural, a emissão ou conversão de ações ou outros títulos em forma meramente escritural.

Conselho de Administração

O conselho de administração gere os negócios sociais e pratica todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos sociais, competindo-lhe:

- a) Elaborar os planos anuais e plurianuais de obras marítimas e terrestres e do equipamento dos portos a submeter à aprovação da assembleia geral;
- b) Construir, adquirir, conservar e fiscalizar as obras marítimas e terrestres, o equipamento flutuante e terrestre dos portos, bem como conservar os fundos e seus acessos;
- c) Elaborar os regulamentos necessários à exploração dos portos;

- d) Exercer ou autorizar e regulamentar as atividades portuárias, ou as atividades com estas diretamente relacionadas, respeitantes a movimento de navios e de mercadorias, a armazenagem e outras prestações de serviços, como fornecimento de água, energia elétrica, combustíveis e aluguer de equipamentos, e aplicar as sanções previstas na lei, sem prejuízo da competência conferida a outras entidades;
- e) Elaborar o orçamento e suas alterações;
- f) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia geral o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como a proposta de aplicação de resultados;
- g) Definir a estrutura e a organização geral da APL, S. A.;
- h) Nomear e exonerar os responsáveis pelos serviços, bem como admitir, contratar e exonerar o pessoal necessário ao desempenho das tarefas a cargo da APL, S. A., e exercer sobre ele o respetivo poder disciplinar, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- i) Deliberar sobre a realização de empréstimos ou outras operações financeiras;
- j) Autorizar a concessão de subsídios a organismos oficiais ou privados cujas atividades interessam direta ou indiretamente à ação da APL, S. A., bem como a obras de carácter social e cultural;
- l) Deliberar sobre a criação de zonas francas ou de armazéns gerais francos na área do porto de Lisboa e apresentar as respetivas propostas aos ministérios competentes;
- m) Administrar o domínio público na sua área de jurisdição, atribuir licenças e concessões para a sua utilização e definir o interesse público do respetivo uso privativo para efeitos de concessão;
- n) Atribuir a concessão da exploração de instalações portuárias, de serviços ou de atividades a ela ligadas, e bem assim de áreas destinadas a instalações industriais ou comerciais correlacionadas intimamente com aquelas atividades;
- o) Solicitar aos utilizadores do porto os elementos estatísticos, dados ou previsões referentes às atividades exercidas na área de jurisdição, cujo conhecimento interessa para a avaliação ou determinação do movimento geral dos portos ou para qualquer outro fim estatístico relacionado com a atividade da APL, S. A.;
- p) Garantir a segurança das instalações portuárias, promovendo a regulamentação necessária e utilizando os meios e dispositivos adequados;
- q) Efetuar os seguros pessoais, patrimoniais ou outros que se mostrem necessários;
- r) Adquirir e tomar ou dar de arrendamento imóveis, bem como alienar os que não se integrem no domínio público, situados dentro ou fora da zona de jurisdição, nos termos da legislação aplicável;
- s) Cobrar e arrecadar as receitas provenientes da exploração do porto e todas as outras que legalmente lhe pertençam e autorizar a restituição de verbas indevidamente cobradas;
- t) Promover a expropriação por utilidade pública de imóveis e exercer servidões administrativas e portuárias;
- u) Aprovar os regulamentos internos destinados à execução dos presentes Estatutos e necessários ao bom funcionamento dos serviços e velar pelo seu cumprimento;

- v) Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- x) Constituir mandatários da sociedade com os poderes que julgue convenientes;
- z) Estabelecer, quando necessário, acordos com outras entidades públicas legalmente competentes relativamente à gestão do domínio, constituição de usos e coordenação de atividades para fins de natureza não portuária;
- aa) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela assembleia geral.

Por delegação de competências ao abrigo do art.º 11º dos estatutos, as responsabilidades dos membros do conselho de administração encontram-se atualmente distribuídas pelas seguintes áreas de atuação:

- Presidente - Maria Lídia Ferreira Sequeira
 - Coordenação da Divisão de Auditoria Interna;
 - Coordenação de Desenvolvimento e Relações Institucionais;
 - Coordenação da Divisão de Prospetiva e Controlo de Gestão;
 - Coordenação da Divisão Porto-Cidade;
 - Coordenação da Direção de Terminais Portuários e Logística.
- Vogal – José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco
 - Coordenação da divisão de Contratação Pública e Compras;
 - Coordenação da Direção de Tecnologias e Sistemas de Informação;
 - Coordenação da Direção de Finanças e Suporte.
- Vogal – Ricardo Miguel Medeiros dos Santos
 - Coordenação do Centro de Documentação e Informação;
 - Coordenação da Direção de Turismo Marítimo e Náutico;
 - Coordenação da Direção de Espaços Tejo.
- Vogal – Ricardo Jorge de Sousa Roque
 - Coordenação da Secretaria Geral e Gabinete Jurídico;
 - Coordenação da Direção de Segurança e Pilotagem;
 - Coordenação da Direção de Pessoal e Gestão de Mudança.
- Vogal – Carlos Alberto do Maio Correia
 - Coordenação da Auditoria de Projetos e Obras.
 - Coordenação da Sustentabilidade e Estuário
 - Coordenação da Direção de Infraestruturas

Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão, todos eleitos em assembleia geral por um período de três anos.

Além das atribuições constantes de lei compete, em especial, aos órgãos de fiscalização:

- a) Assistir às reuniões do conselho de administração sempre que o entenda conveniente;*
- b) Emitir parecer sobre qualquer matéria que lhe seja apresentada pelo conselho de administração;*
- c) Emitir parecer sobre o orçamento, o balanço, o inventário e as contas anuais;*
- d) Colocar ao conselho de administração qualquer assunto que por ele deva ser ponderado.”*

Currículos

1. Membros da Mesa da Assembleia-Geral

1.1. Presidente – Associação Industrial Portuguesa, representada por

José Eduardo Marcelino Carvalho

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Sociologia (ISCTE)
- Pós-Graduação em Gestão Empresarial (INDEG/ISCTE)

Atividade Profissional

- Desde 1986:
 - Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Tagusgás, SA
 - Presidente do Conselho de Administração do TVT – Terminal Multimodal do Vale do Tejo, S.A.
- 1981-1985:
 - Diretor de Recursos Humanos
 - Docente universitário

Associativismo empresarial

- Presidente do Clube de Empresários de PME que formou com o ISCTE, CGD e IAPMEI a primeira “*business school*” do país, o INDEG/ISCTE;
- Presidente da NERSANT de 1994 a 30/Março/2011;
- Membro da Direção e Vice-presidente da Comissão Executiva da CIP – Confederação Empresarial de Portugal.
- Presidente da Direção da AIP-CCI desde Abril/2011

2. Membros do Conselho de Administração

2.1 Presidente do Conselho de Administração – Maria Lídia Ferreira Sequeira

Licenciada em Economia (ISCEF)

Condecorada com o grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, concedido por Sua Excelência o Presidente da República em 2014

Galardão de Líder na Gestão de Empresa Pública (Best Leader Awards 2012)

Condecorada com o grau de Oficial da Ordem do Mérito, concedido por Sua Excelência o Presidente da República em 1990

Atividade Profissional

- . 2016-...: Presidente do Conselho de Administração da APL, S.A. e da APSS, S.A.
- . 2013- 2016: Consultora Internacional
- . 2005-2013: Presidente do Conselho de Administração da Administração do Porto de Sines, SA
- . 2005-2013: Vogal do Conselho de Administração da AICEP Global Parques
- . 2004-2005: Gestora de Eixo Prioritário do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
- . 2000-2004: Gestora da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes (QCA III) / Gestora Sectorial dos Transportes para o Fundo de Coesão
- . 1997-2000: Gestora da Intervenção Operacional dos Transportes (QCA II)/Coordenadora Sectorial dos Transportes para o Fundo de Coesão
- . 1992-1996: Subdiretora-Geral de Transportes Terrestres
- . 1990-1992: Diretora do Gabinete de Estudos e Planeamento da D.G.T.T.
- . 1985-1990: Chefe de Divisão de Relações Internacionais
- . 1984-1985: Coordenadora do Grupo de Trabalho para a Revisão do Sistema Fiscal no Sector dos Transportes
- . 1977-1984: Coordenadora da Equipa para a Planificação e Implementação das Redes de Transporte Escolar
- . 1972: Ingresso na Direcção-Geral de Transportes Terrestres como Técnica Superior de 2ª Classe

Funções relevantes desempenhadas

- . Colaboração na Reprogramação do Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação e implementação do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010 (2004-2005)
- . Preparação da Reprogramação Intercalar do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes (2003-2004)
- . Membro do Conselho Consultivo da Rede de Alta Velocidade (2002-2003)
- . Representante do Ministério do Equipamento Social nas negociações do 3º Quadro Comunitário de Apoio (2000)
- . Representante, para o sector dos transportes, no Comité Financeiro de Apoio às Redes Transeuropeias, de fevereiro de 1999 a 2004
- . Delegada Nacional ao Comité Técnico dos Transportes/COST, de janeiro de 1993 a dezembro de 1996
- . Coordenadora do Secretariado Permanente para a Presidência Portuguesa da Comunidade Europeia. (1992)
- . Coordenadora dos trabalhos de organização do 12º Simpósio Internacional CEMT sobre “O Crescimento dos Transportes em Questão” (1992)
- . Membro do Conselho Consultivo do GATEL (nomeação em maio de 1991)
- . Coordenadora da equipa que lançou os “Inquéritos à Evolução da Conjuntura” no âmbito dos transportes internacionais rodoviários de mercadorias (de 1990 a 1996)
- . Membro efetivo do Comité para a Imputação dos Custos pela Utilização das Infraestruturas (1986 a 1996)
- . Membro efetivo do Comité para a Normalização de Contas das Empresas de Caminhos de Ferro, (1986 a 1996)
- . Participação nos Conselhos (Transportes), como membro da Delegação Portuguesa (1986 a 1996)
- . Participação nos Conselhos de Ministros da CEMT, como membro da Delegação Portuguesa (1990 a 1996)
- . Participação como Perito nacional e em representação da D.G.T.T. em várias reuniões no âmbito dos trabalhos desenvolvidos regularmente pela Comunidade Europeia, desde 1986
- . Presidiu a Delegação Portuguesa nas reuniões efetuadas ao abrigo dos Acordos Bilaterais sobre Transportes Rodoviários Internacionais (1986 a 1992)

Cursos profissionais

- . Curso de preparação para o exercício da Presidência Portuguesa na Comunidade Europeia (1991)
- . Estágio na Direcção-Geral VII (Transportes) em Bruxelas, no âmbito da preparação de funcionários da Administração Pública Portuguesa (1985)
- . Estágio no Instituto de Transportes, em Haia, no âmbito dos programas de formação da OCDE sobre “Sistema Tarifário e Organização do Transporte Rodoviário de Mercadorias” (1973)

Outras funções

- . Coordenadora do Núcleo de Investigação sobre Relações Internacionais e Transportes, do Instituto Superior de Transportes (janeiro de 1997 a 2001)
 - . Vogal do Conselho Fiscal da Transtejo (1992 a 1996)
 - . Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Inde-Intercooperação e Desenvolvimento CRL (de 1987 a 1995)
 - . Consultor económico da Markttest (1988)
 - . Consultor económico da COOPAS, Cooperativa de Planeamento Arquitetura e Serviços (1983)
- Sócia fundadora e Presidente da Direcção da cooperativa de ação cultural VIS (1970-1973)

2.2 Vogal do Conselho de Administração – José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco

Habilitações Académicas

- . Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em Técnicas Quantitativas e Métodos de Planeamento, curso de 1979/84
- . Curso de Alta Direção em Administração Pública, INA 2006
- . Curso Golden Master ISEG 2011

Atividade Profissional

- . Administrador Financeiro da Administração do Porto de Setúbal e Sesimbra, SA e da Administração do Porto de Lisboa, SA
- . Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e Supervisão da Infraestruturas de Portugal, S.A. desde 2015 (não remunerado)

Atividades exercidas anteriormente

- . Presidente do Conselho Fiscal da Carris, SA/Metropolitano de Lisboa, EPE
- . Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Parvalorem, Parups e Parparticipadas, S.A.
- . Coordenador do Gabinete de Apoio ao Setor Empresarial e às Parcerias e Concessões (GASEPC) da Direção Geral do Tesouro e Finanças de 2012/2015
- . Administrador Financeiro da EP – Estradas de Portugal, SA 2010/ 2012
- . Administrador da PARPÚBLICA - Participações do Estado (SGPS), S.A. de 2007 / 2010.
- . Administrador da Sagestamo 2007
- . Administrador não executivo do Conselho de Administração da Capitalpor, SGSP, SA de 2008/10
- . Administrador não executivo do Conselho de Administração da Sagesecur, SA de 2007/8, empresas do Grupo Parpública
- . Diretor Geral do Tesouro e Finanças de 2005 a 2007.
- . Subdiretor-Geral do Tesouro de 2002/2005
- . Chefe do Gabinete do Ministro das Finanças do XIV Governo Constitucional, agosto 2001 a abril 2002.
- . Subdiretor – Geral do Tesouro e Diretor da Tesouraria Central do Estado de 1991/ 2001.
- . Atividade desenvolvida na Direção Geral do Tesouro desde 1985 a 1991 como técnico superior e chefe de divisão, detendo a categoria de assessor principal do Tesouro

Outros cargos já exercidos:

- . Coordenador da Comissão do Acordo Cambial com Cabo Verde (COMACC)
- . Responsável pela implementação do projecto «Homebanking do Tesouro»;
- . Membro do grupo de acompanhamento do FEOGA— Garantia durante a primeira Presidência Portuguesa do Conselho das Comunidades Europeias;
- . Coordenador do grupo de trabalho para a produção, armazenamento e distribuição das moedas euro;
- . Membro da comissão de fiscalização do Fundo para as Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- . Vogal do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos
- . Presidente do Conselho Fiscal da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A. e do Metropolitano de Lisboa;
- . Presidente do Conselho Fiscal da REFER, SA

- . Presidente do Conselho Fiscal da Estradas de Portugal, S.A.
- . Presidente da mesa da Assembleia Geral da PARPÚBLICA - Participações do Estado (SGPS), S.A.
- . Presidente da Comissão de Vencimentos da REN, S.A.
- . Membro da Comissão de Vencimentos da EDP, S.A.
- . Presidente da Liga Profissional de Clubes de Basquetebol, 2003-2006
- . Membro do Conselho Superior de Desporto 2003-2006
- . Representante no Conselho da ULEB – União das Ligas Europeias de Basquetebol

2.3 Vogal do Conselho de Administração – Ricardo Miguel Medeiros dos Santos

- . Licenciado (1999), pós-graduado (2000) e mestre em Direito (2011).
- . Advogado (titular da cédula profissional 17931L, atualmente suspensa por sua iniciativa), exerceu esta atividade entre 2001 e 2011, havendo posteriormente ocupado o cargo de Diretor do Departamento de Administração Geral e Patrimonial da Câmara Municipal do Barreiro, a cujo quadro pertence, acumulando-o, por inerência, com o de notário privativo do município.
- . De Maio de 2016 até ao presente, assume as funções de vogal dos Conselhos de Administração da Administração do Porto de Lisboa – APL, SA, e da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra – APSS, SA, cargos para os quais foi indicado pelo Conselho Metropolitano da Área Metropolitana de Lisboa.
- . Representante da APL, SA nas associações Medcruise e Cruise Europe, sendo ainda representante da APSS, SA nos órgãos diretivos da Associação da Baía de Setúbal.
- . No contexto da Medcruise, apresentou uma proposta de criação de uma nova região denominada “Near Atlantic”, englobando os portos da região atlântica da Europa e África, sendo atualmente um dos coordenadores do grupo de trabalho criado para a sua implementação.

Enquanto titular do pelouro do Turismo Marítimo, foi responsável pela edição de Lisboa da Seatrade Cruise Med 2018, uma das maiores feiras de cruzeiros do mundo, considerada a mais participada de sempre: 4 308 participantes (+17,5%), 89 países (+25%), 175 executivos de operadores de navios de cruzeiro (+65%), 172 empresas expositoras de produtos e serviços (+9,5%), crescimento de 13% no espaço expositivo.

- . Entre julho de 2014 e maio de 2016, integrou o Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Barreiro. Aqui, acompanhou, entre outros, temas de recursos humanos e finanças locais.
- . Entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013 assumiu o cargo de Diretor do Departamento de Administração Geral e Patrimonial da Câmara Municipal do Barreiro dirigindo os serviços de Gestão Financeira, Património, Compras e Aprovisionamentos, Recursos Humanos, Administração Geral, Execuções Fiscais, Contraordenações e Contencioso.
- . Entre 2005 e 2010 prestou funções de assessoria jurídica à Câmara Municipal do Barreiro.
- . Participou, em representação da Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas, na Comissão para a Modernização e Simplificação Administrativa (2005).
- . Frequentou, entre outros, os cursos de Leading for Organizational Agility (Nova School of Business and Economics), Corporate Governance (Nova School of Business and Economics), Contratação Pública (Almedina) e Liderança (Marinha Portuguesa, Escola de Fuzileiros).
- . Como orador, tem participado em painéis sobre temas de Direito (2006, 100º Aniversário da Associação de Comércio, Indústria e Serviços do Barreiro e Moita – O Novo Regime do Arrendamento Urbano), Finanças Locais (2016, Encontro Revista Poder Local – As retenções e Agravamentos de Taxas para a Administração Central), Relações Porto/Cidade (2017, Seminário Comunidade Portuária de Lisboa – O Porto e as Cidades) e Turismo de Cruzeiros (2018, Seatrade Cruise Med – How Lisbon Plans to Double it's Cruise Traffic Over the Next Ten Years, 2018, XLV Assembleia Geral AICO – Lisboa, Miami e Sevilha: Turismo e Negócios Internacionais – Modelos de Desenvolvimento).
- . Atividade associativa no movimento associativo popular, passando pelos órgãos sociais do Cine Cube do Barreiro, Clube Naval Barreirense e pela centenária Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense – Os Penicheiros.
- .

2.4 Vogal do Conselho de Administração – Ricardo Jorge de Sousa Roque

Experiência Profissional:

- . Vogal dos Conselhos de Administração da APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, e da APL-Administração do Porto de Lisboa, S.A, desde 24 de maio de 2016
- . Diretor da Direção de Compras e Logística, Infraestruturas de Portugal, SA, em comissão de serviço, desde 1 de junho de 2015 (fusão da EP com a REFER), até

23 de maio de 2016;

- . Diretor da Direção de Contratação, Compras e Logística, Estradas de Portugal, SA, em comissão de serviço, desde 1 de outubro de 2013 a 31 de maio de 2015;
- . Vogal do Conselho de Administração da APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, desde 2 de maio de 2005 (requisitado à EP) até 22 de fevereiro de 2013;
- . Diretor do Departamento de Património do Instituto das Estradas de Portugal – IEP, em comissão de serviço, desde 1 de fevereiro de 2000 até 1 de maio de 2005 e, em acumulação, também Diretor dos Recursos Humanos, desde 8 de maio de 2001 até Maio de 2003 (o IEP foi transformado em empresa pública em 1 de janeiro de 2005, tendo passado a denominar-se de EP – Estradas de Portugal, EPE);
- . Consultor, do quadro de pessoal do Instituto das Estradas de Portugal – IEP (desde 1 de fevereiro de 2000 e hoje), hoje Infraestruturas de Portugal, SA;
- . Adjunto do Ministro da Presidência no XIV Governo (outubro de 1999 a fevereiro de 2000);
- . Chefe do Gabinete do Alto-Comissário (CAREAT) do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território no XIII Governo (março de 1996 a outubro de 1999);
- . Advogado com escritório em Macau (20/9/92 a março de 1996);
- . Chefe do Sector de Fiscalização da Direção dos Serviços de Turismo do Governo de Macau (7/3/89 a 31/1/90 e de 15/6/91 a 20/9/92);
- . Assessor do Secretário-Adjunto para a Educação e Administração Pública do Governo de Macau (1/2/90 a 14/6/91);
- . Técnico Superior (jurista) da Direção dos Serviços de Finanças do Governo de Macau (31/3/88 a 6/3/89);
- . Técnico Superior (jurista) da Direção dos Serviços de Turismo do Governo de Macau (9/12/87 a 30/3/88);
- . Adjunto do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-ministro no XIX Governo (1984-1985).

Educação e Formação:

- . Licenciatura em Direito (Ciências Jurídicas), pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1987;
- . Pós-graduação em Gestão Geral para Executivos no IDEFE/ISEG, 2016;
- . Seminário sobre “Expropriações” na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (dezembro de 2000);

- . Curso sobre Direitos Humanos- Universidade da Ilha do Príncipe Eduardo, Canadá, 1986.

Associativismo e outras atividades:

- . Membro do Conselho Social dos Leões de Portugal, IPSS (desde 2012 até janeiro de 2018).
- . Presidente do Conselho Fiscal do Club Setubalense (Instituição de Utilidade Pública), desde 1/2012;
- . Vice-Presidente do Vitória Futebol Clube de Setúbal (desde 22/12/1999 até 11/07/2003);
- . Presidente da Casa do Pessoal do Grupo de Turismo de Macau, 1989 a 1992;
- . Membro do Conselho Nacional da Juventude em 1987;
- . Representante de Portugal na Conferência sobre o Ano Internacional da Juventude no âmbito da ONU, em Montreal-Canadá, 1985.
- . Deputado à Assembleia da República em 1986 (em substituição);
- . Diretor da Associação Académica de Coimbra - Organismo Autónomo de Futebol (1984/1987);
- . Presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra (1984/1985);
- . Presidente da Mesa da Assembleia Magna da Associação Académica de Coimbra (1983/1984);
- . Atividades associativas diversas Associação Académica de Coimbra no Liceu Nacional de Setúbal, Casa de Cultura da Juventude de Setúbal/FAOJ (1974-1978).

Línguas: Inglês, Francês e Espanhol

2.5 Vogal do Conselho de Administração – Carlos Alberto do Maio Correia

Experiência profissional

- . Conta com 24 anos de experiência no sector da mobilidade e dos transportes em áreas relacionadas com o planeamento estratégico de sistemas de transportes, incluindo a coordenação técnica de inúmeros estudos e projetos técnicos de engenharia, de mercado e económico-financeiros.
- . Desde 1997, que assume em empresas do sector empresarial do Estado funções

de direção de órgãos responsáveis pelo planeamento, estudo e gestão de sistemas de transportes, tendo neste âmbito coordenado e participado em inúmeros projetos envolvendo a prestação de serviços de assessoria técnica e a realização de estudos técnicos e económico-financeiros de suporte à decisão.

- . Conta com uma vasta experiência no desempenho de funções públicas, quer ao nível da assessoria técnica a membros do Governo no apoio à decisão e implementação de políticas de transportes e de gestão das empresas do sector dos transportes tuteladas, quer no desempenho de funções de direção em resultado de ter presidido à AMTL - Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa e ao IMTT, I.P. - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres.
- . No âmbito do exercício dos diversos cargos públicos coordenou e assegurou a representação em diversos grupos de trabalho, conselhos consultivos, comissões de acompanhamento e intervenções públicas no âmbito de seminários, palestras, encontros e convenções nacionais e internacionais.
- . Nos períodos de 1996 a 1997 e de 2005 a 2007, desempenhou as funções de adjunto e assessor na Secretaria de Estado das Obras Públicas e na Secretaria de Estado dos Transportes respetivamente, órgãos do Governo de Tutela e regulação do sector dos transportes e das obras públicas, assegurando o suporte técnico especializado aos membros do Governo responsáveis pelas respetivas áreas.
- . No período de 2009 a 2011, desempenhou as funções Presidente da Comissão Executiva da AMTL, entidade pública com atribuições em matéria de planeamento, organização, operação, financiamento, fiscalização, divulgação e desenvolvimento do transporte público de passageiros na Área Metropolitana de Lisboa, tendo enquanto primeiro presidente desta Autoridade sido responsável designadamente pelo seu estabelecimento, organização e seleção e constituição de equipas.
- . Nos períodos de 2007 a 2009 e de 2011 a 2013, desempenhou as funções de Vogal e Presidente do Conselho Diretivo do IMTT, I.P. – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, instituto público integrado na administração indireta do Estado responsável pela regulação, regulamentação técnica, de licenciamento, de coordenação, de fiscalização e de planeamento no sector dos transportes terrestres e fluviais, com jurisdição sobre todo o território nacional, com sede em Lisboa mas dispondo de serviços desconcentrados, nas Direções Regionais de Mobilidade e Transportes do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve, totalizando cerca de 800 colaboradores.
- . Entre 2013 e 2014, assumiu a função de Responsável do Departamento de Planeamento Estratégico da Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE, onde coordenou equipa de 11 colaboradores, cabendo a este Departamento propor a estratégia para o desenvolvimento da Rede Ferroviária Nacional, visando o

aumento da quota modal do transporte ferroviário e desenvolver os estudos, planos e programas para a concretização dos investimentos, em alinhamento com a política e orientações para o sistema de transportes.

Em 2015 assumiu a função de Responsável do Departamento de Mobilidade e Clientes da Infraestruturas de Portugal, que integra a Unidade de Estudos e Estratégia, cujas principais atribuições consistem na definição de estratégias intermodais que otimizem o valor económico da mobilidade, em promover a realização de estudos para conhecimento das necessidades do mercado e respetiva segmentação, e apoio à decisão sobre atuações e definição de produtos e serviços multimodais, de apoio ao desenvolvimento das redes e do negócio, designadamente para conhecimento do valor económico gerado e passível de captar pelos serviços fornecidos, de suporte à cooperação com parceiros logísticos com vista à potenciação do negócio core, designadamente na ligação a plataformas logísticas e a portos, monitorização do nível de satisfação dos clientes core, na gestão de cliente core e coordenação da resolução de interfaces e conflitos e ainda na participação da empresa na definição e implementação da política comum para a TEN-T.

3. Membros do Conselho Fiscal

3.1. Presidente - Ana Paula Gomes Azurara

Habilitações Académicas

- Licenciada em Direito, na menção de Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em janeiro de 1991.

Atividade Profissional

- De julho de 2007 até ao presente – Diretora de Serviços de Gestão Patrimonial da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em comissão de serviço;
- De dezembro de 2004 a junho de 2007 – Diretora de Serviços de Gestão Patrimonial da Direção-Geral do Património (DGP), em comissão de serviço. Na carreira de origem - nomeada Assessora Principal desde 1 de setembro de 2006;
- De dezembro de 2001 a novembro de 2004 - Diretora de Serviços (regime de

- substituição) da DGP;
- . De setembro de 2001 até novembro de 2001 - Coordenadora do Gabinete Jurídico (regime de substituição) – lugar equiparado a Chefe de Divisão, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;
 - . De outubro de 1999 até agosto de 2001 - Técnica superior de 1.ª Classe (até abril de 2001) e Técnica Superior Principal, da DGP;
 - . De outubro de 1997 até setembro de 1999 - Coordenadora dos Serviços Jurídicos (Divisão de Estudos Patrimoniais) da DGP;
 - . De fevereiro de 1992 até setembro de 1997 - Carreira técnica superior (1992- Estagiária; 1993 - 2.ª Classe; 1997 e 1.ª Classe) da DGP;
 - . De outubro de 1985 até janeiro de 1992 - Carreira técnica do património (1985-1986 Estagiária; 1987 – 1992 auxiliar de gestão patrimonial) da DGP;
 - . De junho de 1984 até setembro de 1985 - Técnica auxiliar de 2.ª classe, do Instituto Nacional de Estatística;
 - . De junho de 1983 até maio de 1984 – Tarefeira, da Direção-Geral do Ensino Superior;
 - . De agosto de 1981 até abril de 1983 - Técnica auxiliar de 2.ª classe (contratada a prazo), Instituto Nacional de Estatística;
 - . 1.º Semestre de 1981 - Agente recenseador (Censos 81), Instituto Nacional de Estatística.

Outras funções e atividades desenvolvidas

- . Desde dezembro de 2020- Presidente do Conselho Fiscal da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.;
- . Desde abril de 2008 – Presidente do Conselho Fiscal da APS – Administração do Porto de Sines e do Algarve, S.A.;
- . Integrou, como representante do Ministro de Estado e das Finanças, as Comissões constituídas para proceder à transferência de gestão no domínio das áreas portuárias e marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, relativas aos Municípios de Olhão, Peniche, Faro, Cascais, Nazaré, Lagos e Tavira;
- . Nomeada para integrar, como representante do Ministro de Estado e das Finanças, as Comissões no domínio das áreas portuárias e marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária relativas aos Municípios de Loulé, Portimão, Aveiro e Loulé;
- . Colaborou nos grupos constituídos para proceder à transferência de património

para as Universidades, Clássica e Técnica, de Lisboa e do Porto;

- . Integrou o grupo de trabalho encarregue de proceder à transferência de património para o Instituto de Estradas de Portugal;
- . Integrou o grupo de trabalho sobre “Aumento de Receita do Estado (rendas) e Operações de Titularização de Créditos”;
- . Integrou, como representante da DGP, o grupo de trabalho, criado pelo Despacho Conjunto n.º 427/99 do Ministro das Finanças e da Cultura, com vista à elaboração da tabela de selecção geral dos documentos produzidos na Administração Pública;
- . Monitorizou o Curso de “Código do Procedimento Administrativo” na DGP;
- . Integrou o grupo de trabalho encarregado de proceder à revisão do Regime Jurídico dos Veículos do Estado.

Formação profissional especializada

- . Curso “FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública” (Instituto Nacional de Administração);
- . “Seminário de Alta Direção” - Instituto Nacional de Administração;
- . “SNC – O Novo Sistema Contabilístico Nacional” – Instituto de Formação Bancária;
- . “Workshop de Domínio Público da Administração” – Instituto de Ciências Jurídico Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- . “Workshop de Direito Privado da Administração Pública” – Instituto de Ciências Jurídico Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- . “Workshop de Domínio Privado da Administração Pública” – Instituto de Ciências Jurídico Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- . Curso de “Gestão e Liderança” – EURORGROUP

3.2. Vogal - Tiago Manuel Rodrigues Estevinho

Habilitações Académicas

- . De setembro de 2011 a 2012 – Master in Finance na Nova School of Business and Economics (componente letiva);
- . De janeiro de 2006 a janeiro de 2007 – Pós-Graduação em Finanças, na Nova

School of Business and Economics;

- . De setembro de 1998 a junho de 2002 – Curso de Licenciatura em Economia (pré-Bolonha), na Nova School of Business and Economics.

Experiência Profissional

- . De abril de 2018 até ao momento – Economista na Parpública, Participações Públicas (SGPS), S.A.: acompanhamento do Centro de Conhecimento e Competências para o Sector Público Empresaria, assessoria técnica ao Ministério das Finanças e acompanhamento de empresas participadas;
- . De novembro de 2013 até março de 2018 – Sênior Manager (Private Equity & Corporate Finance) na PME Investimentos: acompanhamento dos fundos de capital de risco Revitalizar e Membro Representante do Fundo FINOVA no Comité de Investimentos do Fundo Revitalizar Norte, gerido pela Explorer Investments.
- . De março de 2010 até a março de 2018 – Sênior Manager (Private Equity & Corporate Finance) na PME Investimentos / Portugal Capital Ventures (PV): acompanhamento da gestão de fundos de capital de risco, em particular os fundos geridos pela PV e o Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas – FACCE –, especialmente vocacionado para operações de concentração empresarial (Fusões e Aquisições);
- . De setembro de 2007 até março de 2010 – Head of Private Equity na BPN Gestão de Ativos: responsável pela gestão de um Fundo de Capital de Risco;
- . De fevereiro de 2003 até setembro de 2007 – Técnico de Análise de Risco de Crédito Corporate no Banco Português de Negócios;
- . De novembro de 2002 a fevereiro de 2003 – Técnico de Seguros na Companhia de Seguros Lusitânia, na área de seguros de saúde.

3.3. Vogal - Ana Cristina Rugeiro da Cruz e Silva

Formação Académica

- . Licenciatura em Direito | 1994| Universidade Católica Portuguesa
- . A frequentar o 2º ano do Executive MBA do ISCTE Executive Education
- . Unidades Curriculares já concluídas: Marketing, Mercados e Economia, Reporte Financeiro Empresarial, Gestão de Recursos Humanos, Gestão e Planeamento

Fiscal, Negociação, Estratégia Empresarial, Tecnologias de Informação e Comunicação, Ética e Sustentabilidade, Análise de Performance e Controlo de Gestão, Liderança

Experiência Profissional

- Coordenadora de equipa | IAMPEI | desde setembro de 2009
 - Coordenadora da Equipa Sul do Departamento de Acompanhamento de Investimento Contratual Relevante
 - Coordenadora da Taskforce de encerramento de projetos FSE do QCA III (Programa Operacional da Economia, na fase de pré-contencioso e de apoio técnico ao contencioso)

- Gestora de projetos de formação profissional | IAPMEI | abril 2001 – agosto 2009
 - Gestora de projetos da Medida de Qualificação de Recursos Humanos do PRIME – QCA III, com funções na conceção de ferramentas e procedimentos, análise, acompanhamento e encerramento de projetos, bem como da gestão global da formação da competência do IAPMEI

- Gestora de projetos de formação profissional | GDA-FP Gabinete de Dinamização e Acompanhamento da Formação Profissional | setembro 2000 – abril 2001
 - Gestora de projetos de formação profissional, financiados pelo FSE no âmbito do Programa Operacional Iniciativa Comunitária Pequenas e Médias Empresas, PEDIP Transição e PEDIP Reembolsos

- Gestora de projetos de formação profissional | Intervenção operacional da saúde | dezembro 1994 – agosto 2000
 - Gestora de projetos de formação inicial (Escolas Superiores de Enfermagem e Escolas Tecnológicas da Saúde) e formação profissional cofinanciados pelo FSE no âmbito do Programa Operacional da Saúde (II Quadro Comunitário de Apoio), com funções de análise, acompanhamento e encerramento de projetos e reporting de execução e reprogramações financeiras do Programa

- Outras experiências profissionais
 - Formadora no plano CAPACITAR 2020, promovido pelo IAPMEI ao longo de 2016

- Formadora no plano de Dinamização da Execução do PRIME – QCA III, promovido pelo IAPMEI em 2007
- Formadora do módulo de Ética no Curso de Gestão para Gestores de Unidades de Saúde de Cabo Verde, promovido pelo Instituto de Higiene e Medicina Tropical, em abril de 2014
- Formadora do módulo de Ética no Curso de Formação Intensiva para Administradores dos Hospitais das Forças Armadas de Angola, promovido pelo Instituto de Higiene e Medicina Tropical, em maio de 2015

3.4. Vogal Suplente - Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira

Habilitações académicas e profissionais:

- Licenciatura em Direito (Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa - 1988);
- Pós-licenciatura em Estudos Europeus - Dominante Jurídica (Centro de Estudos Europeus da U.C.P. - 1992);
- Cédula profissional de advogado n.º 8690 (inscrição suspensa desde 1994);
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SIRESP - Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, S.A..

Atividade profissional:

- Técnico superior especialista em orçamento e finanças públicas da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação);
- Presidente do Conselho Fiscal da Parques de Sintra - Montes da Lua, S.A.;
- Vogal suplente do Centro Hospitalar Universitário de São João, E.P.E.

Funções exercidas anteriormente:

- 2011 - 2018 – Secretário-geral adjunto do Ministério da Justiça, responsável pelos Serviços Jurídicos e de Contencioso e pela Unidade de Compras do Ministério da Justiça;
- 2008 - 2011 – Diretor-coordenador (equip. subdiretor-geral) da Área de Recursos Humanos (do Serviço Nacional de Saúde) da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.;
- 2004 - 2007 – Subdiretor do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- 2001 - 2004 – Diretor (equip. chefe de divisão) do Gabinete de Estudos da Direção-Geral da Administração Extrajudicial;

- . 1997 - 2001 – Coordenador (equip. chefe de divisão) do Gabinete Jurídico da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;
- . 1995 - 1997 – Consultor jurídico da Direção-Geral do Património;
- . 1993 - 1995 – Técnico superior da Direção-Geral do Tesouro.

Serviço Militar:

- . 1990 - 1991 – Cumprido no Regimento de Comandos (Amadora), tendo passado à disponibilidade no posto de alferes miliciano de Infantaria “COMANDO”.

Formação profissional:

- . CAGEP - Curso Avançado de Gestão Pública (INA, 2012), FORGEP - Programa de Formação em Gestão Pública (INA, 2010), Seminário de Alta Direção (INA, 2005) e outra formação nas seguintes áreas: Direito Administrativo (gracioso e contencioso), logística, contratação pública, administração financeira do Estado, contabilidade pública, regime de responsabilidade dos dirigentes da Administração Pública, regime jurídico dos trabalhadores públicos, avaliação do desempenho, proteção de dados pessoais e mediação familiar e comercial.

4. Revisor Oficial de Contas

4.1.(Efetivo) - Vítor Almeida & Associados, SROC, representada por:

Vítor Manuel Batista de Almeida

Habilitações Académicas:

- . Licenciatura em Gestão e Administração de Empresas pelo ICSTE – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, em 1981
- . Exame de Admissão a Revisor Oficial de Contas, em 1990.

Atividade Profissional

- . Desde 1990 – Revisor Oficial de Contas responsável pela coordenação e realização de trabalhos de Auditoria e Revisão Legal das Contas em diversas empresas do sector público e privado, designadamente entidades e empresas inseridas nos sectores hospitalar, construção civil e obras públicas e particulares, infraestruturas ferroviárias, rodoviárias e portuárias, educação, pescas, cultura e recreio, teatro, imobiliário, indústria química, indústria gráfica, logística, gestão de

espaços comerciais, hotelaria e sociedades gestoras de participações sociais;

- . Desde 2006 – Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), integrando atualmente o Conselho Superior, a Comissão de Inscrição, o Júri de Exame e a Comissão Técnica das Entidades Não Financeiras;

Outros Cargos e Funções

- . Desde 1998 - Exerce funções de consultoria, em representação do Ministério das Finanças, no âmbito da preparação, lançamento, avaliação, renegociação e acompanhamento de Parcerias Público Privadas;
- . Desde 2016 - Consultor da ANAC - Autoridade Nacional de Aviação Civil, prestando serviços de assessoria no âmbito da Regulação Económica, da análise económica e financeira dos agentes económicos sujeitos à regulação aeronáutica e do acompanhamento de contratos de concessão regulados por esta Autoridade;
- . De 1990 a 2014 – Docente Universitário no ISCTE - Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa;
- . De 2003 a 2010 – Consultoria junto do Governo de Angola. Participação num projeto de Assistência Técnica à Inspeção Nacional de Finanças de Angola, cofinanciado pelo Banco Mundial. Coordenação de um projeto financiado pelo Banco Mundial de consultoria junto da Direção Nacional de Impostos de Angola envolvendo o desenvolvimento de um modelo econométrico de previsão de receitas fiscais não petrolíferas
- . De 05/2000 a 02/2003 – Presidente do Conselho Diretivo da AGT – Administração Geral Tributária, entidade coordenadora de toda a área tributária e aduaneira. Participação no processo de Reforma Fiscal de 2000 (IRS e IRC), tendo assegurado a presidência da UCLEFA, por delegação direta do Ministro das Finanças, tendo ainda sido um dos representantes portugueses na OLAF;
- . De 10/1999 a 04/2000- Adjunto do Ministro das Finanças, no Ministério das Finanças;
- . De 07/1998 a 09/1999 – Adjunto do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, no Ministério das Finanças;
- . De 12/1983 a 07/1998 – Inspetor de Finanças Diretor, na Inspeção Geral de Finanças;
- . De 1979 a 1983 – Bancário na CGD, exercendo funções de *front office* e de *back office*.